

# **AFRICANIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE, PEDAGOGIA ANTIRRACISTA E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE NOS PRIMEIROS ANOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**



## **AFRICANITIES IN EARLY EARLY EDUCATION: CONSTRUCTION OF IDENTITY, ANTI-RACIST PEDAGOGY AND VALUING DIVERSITY IN THE FIRST YEARS OF BASIC EDUCATION**

**ELISÂNGELA VALERIA BARBOSA DOS SANTOS**

Graduada em Pedagogia pela Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo (2015); Especialista em Pedagogia pela Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo (2015); Professora de Educação Infantil da Rede Municipal de São Paulo.

### **RESUMO**

O presente artigo analisa a relevância do trabalho com as africanidades e a história e cultura afro-brasileira na Educação Infantil, compreendendo este espaço como um campo privilegiado para a promoção de uma educação antirracista e para o desenvolvimento da autoimagem positiva em crianças negras e não negras. Fundamentando-se nas diretrizes da Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), e nas reflexões teóricas de Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Eliane Cavalleiro e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, a pesquisa investiga de que modo os preconceitos e estereótipos se manifestam na infância e como a práxis pedagógica pode desconstruí-los. Articula-se a análise com os campos de experiências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente "O eu, o outro e o nós", ressaltando o papel da literatura afro-infantil, dos brinquedos e das estéticas negras na mediação diária. Discutem-se a formação continuada docente e a necessidade de descolonizar os currículos desde o berçário. Conclui-se que o letramento racial na primeira infância é um imperativo ético e constitucional, indispensável para a efetivação da cidadania, da equidade e da dignidade da pessoa humana no Brasil.

**Palavras-chave:** Africanidades; Infantil; Educação; Antirracista.

## ABSTRACT

This article analyzes the importance of addressing African-derived cultural elements (\*africanidades\*) and Afro-Brazilian history and culture in Early Childhood Education, viewing this setting as a prime space for fostering anti-racist education and developing positive self-images in both Black and non-Black children. Grounded in the guidelines of Law No. 10.639/2003—which amended the Law of Directives and Bases of National Education (LDB No. 9.394/1996)—and the theoretical insights of Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Eliane Cavalleiro, and Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, the research investigates how prejudices and stereotypes manifest in childhood and how pedagogical praxis can deconstruct them. The analysis links these concepts to the "fields of experience" outlined in the National Common Curricular Base (BNCC)—specifically "The self, the other, and the we"—highlighting the role of Afro-centric children's literature, toys, and Black aesthetics in daily educational interactions. The study also discusses the need for ongoing teacher training and the decolonization of curricula starting as early as the nursery stage. It concludes that racial literacy in early childhood is both an ethical and constitutional imperative, essential for realizing citizenship, equity, and human dignity in Brazil.

**Keywords:** African-derived cultural elements; Early childhood; Education; Anti-racist.

## INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é o momento do desenvolvimento humano em que a criança começa a ampliar suas relações sociais para além do núcleo familiar, construindo sentidos sobre si, sobre o outro e sobre a sociedade. É nesse período fundamental de subjetivação que se consolida a percepção corporal, o pertencimento étnico-racial, a autoestima e a empatia. Contudo, a sociedade brasileira, marcada por um racismo estrutural que se perpetua desde o período colonial, reproduz com frequência no ambiente escolar visões eurocêntricas e estigmatizantes sobre as populações negras.

Por muito tempo, vigorou o mito da democracia racial, que invisibilizou as desigualdades históricas e omitiu as contribuições fundamentais dos povos africanos e de seus descendentes na formação econômica, social, política e cultural do país. Na Educação Infantil, essa lacuna frequentemente se expressou na ausência de brinquedos negros, na hegemonia de narrativas literárias protagonizadas por personagens brancos e na desqualificação dos traços estéticos negros, como o cabelo crespo e a cor da pele.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio — e cuja aplicabilidade estende-se a toda a Educação Básica por força do Parecer CNE/CP nº 3/2004 e da Lei nº 11.645/2008 —, representou um marco histórico de ação afirmativa. Contudo, a efetivação dessas diretrizes nos berçários e pré-escolas ainda enfrenta resistências, despreparo teórico-metodológico e visões equivocadas que consideram a infância "imune" ao racismo.

Diante dessa problemática, o presente artigo busca responder à seguinte questão norteadora: De que maneira o estudo e a vivência das africanidades na Educação Infantil contribuem para a

desconstrução do preconceito racial e para a formação de identidades afirmativas nas crianças pequenas, e como a intencionalidade pedagógica pode ancorar essa transformação?

Para responder a esse questionamento, o trabalho organiza-se em seções teórico-práticas que abordam as bases normativas da educação das relações étnico-raciais, os mecanismos sociocognitivos da percepção do racismo na infância, o papel das africanidades na descolonização do currículo e dos espaços escolares, e a mediação docente por meio do brincar, da literatura e da arte.

## DESENVOLVIMENTO

A inserção das africanidades na Educação Infantil não se fundamenta apenas em uma escolha voluntarista do professor, mas em um dever constitucional e em um direito das crianças. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 227, o direito absoluto da criança à dignidade, ao respeito e à convivência comunitária, além de tipificar o racismo como crime inafiançável e imprescritível (Art. 5º, XLII).

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, ao alterar a LDB (Lei nº 9.394/1996), instituiu a inclusão obrigatória da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da rede de ensino. Em regulamentação a esta norma, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004), relatadas pela Professora Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

As Diretrizes orientam que o estudo das africanidades não deve ficar restrito a datas comemorativas, como o 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra), nem ser abordado de forma folclorizada ou estereotipada. Pelo contrário, exige-se uma mudança de postura epistemológica que reconheça a África como berço da humanidade e berço de saberes complexos, filosóficos, científicos e artísticos, valorizando a ancestralidade e a resistência da população negra no Brasil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI - Resolução CNE/CEB nº 5/2009) preconizam, em seu artigo 8º, que as propostas pedagógicas da Educação Infantil devem incentivar o reconhecimento, a valorização, a fruição e o respeito à diversidade étnico-racial.

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a abordagem das relações étnico-raciais encontra alicerce em todos os Campos de Experiências, com destaque para:

O eu, o outro e o nós: É no encontro com o outro que a criança constrói sua identidade. A BNCC enfatiza a importância de valorizar as características do próprio corpo e respeitar as diferenças dos colegas, promovendo a empatia e o combate a qualquer forma de discriminação.

Corpo, gestos e movimentos: Reconhecimento e vivência de manifestações corporais, danças, brincadeiras e jogos de matriz africana e afro-brasileira.

Traços, sons, cores e formas: Acesso à diversidade estética, musical, plástica e visual originária dos povos africanos e das comunidades quilombolas.

Escuta, fala, pensamento e imaginação: Contato com oralidades, mitos, contos e literatura afro-brasileira.

Um dos maiores obstáculos para a implementação de uma pedagogia antirracista na Educação Infantil é a crença equivocada de que as crianças pequenas "não enxergam a cor da pele" ou "são puras e imunes ao racismo". Estudos pioneiros na Psicologia e na Educação desmistificam essa visão moralista.

Pesquisadoras brasileiras, como Eliane Cavalleiro (2000) e Nilma Lino Gomes (2005, 2012), demonstraram em seus estudos empíricos que as crianças percebem as diferenças de cor e raça desde os primeiros anos de vida, aprendendo muito cedo a atribuir significados sociais e valores a essas diferenças.

Cavalleiro, em sua obra clássica *Do silêncio do lar ao silêncio da escola*, evidenciou como o racismo opera no cotidiano da pré-escola de forma tácita e não verbal: o afeto dispensado diferentemente pelos adultos às crianças brancas e negras, a preferência por certas crianças na formação de filas e abraços, a ausência de elogios aos cabelos crespos e os apelidos jocosos proferidos pelos colegas que não sofrem a devida intervenção pedagógica.

Quando o ambiente escolar silencia diante do racismo interpessoal, ele valida a discriminação. A criança negra, ao notar que os referenciais de beleza, poder e bondade são sistematicamente brancos, tende a vivenciar um processo de rejeição da sua própria imagem corporal e do seu pertencimento étnico-racial. Por outro lado, a criança branca internaliza uma equivocada noção de superioridade racial.

A antropóloga Nilma Lino Gomes destaca que o corpo e o cabelo negro são marcadores centrais da identidade étnico-racial no Brasil. Na Educação Infantil, o cabelo crespo é frequentemente alvo de olhares rejeitantes e comentários pejorativos ("cabelo duro", "cabelo ruim").

Trabalhar as africanidades na infância significa ressignificar a estética negra como espaço de beleza, ancestralidade e resistência. Quando o professor introduz acessórios como turbantes, ensina penteados tradicionais, elogia o volume dos caracóis e traz livros com protagonistas negras de cabelos orgulhosos, o espaço escolar transforma-se em um território de cura e afirmação subjetiva.

Trabalhar as africanidades na Educação Infantil exige descolonizar o ambiente físico e as rotinas diárias da escola. O espaço educativo é um currículo silencioso; aquilo que está exposto nas paredes, na caixa de brinquedos e no canto da leitura comunica valores e hierarquias sociais.

A presença de bonecas e bonecos negros na sala de aula da Educação Infantil é uma estratégia pedagógica de impacto profundo. Historicamente, as caixas de brinquedos das creches brasileiras continham exclusivamente bonecas brancas, de cabelos loiros e olhos claros. Essa disparidade enviava uma mensagem explícita às crianças negras de que o cuidado, a maternidade/paternidade e o amor não lhes pertenciam.

A introdução de bonecas e bonecos negros com feições e tonalidades de pele variadas — e em quantidade proporcional ao grupo — garante que todas as crianças possam exercitar o jogo simbólico e o afeto de maneira representativa. Da mesma forma, os lápis de cor e giz de cera devem incluir a diversidade dos tons de pele (kits de tons de pele / multicultural), superando a falsa e racista ideia de que existe uma única cor chamada "cor de pele" (geralmente o rosa-bege).

A literatura infantil é um dos instrumentos mais potentes para o letramento racial nas primeiras idades. Nos últimos anos, o mercado editorial brasileiro, impulsionado pela Lei nº 10.639/2003, produziu obras de altíssima qualidade estética e literária protagonizadas por personagens negros.

Obras como *O Cabelo de Lelê* (Valéria Belém), *Menina Bonita do Laço de Fita* (Ana Maria Machado), *Amoras* (Emicida), *Meu Crespo é de Rainha* (Bell Hooks), *O Pequeno Príncipe Preto* (Rodrigo França) e *Kizomba* proporcionam contações de histórias em que os negros não surgem na condição histórica de escravizados, mas sim como reis, rainhas, príncipes, filósofos, inventores e crianças felizes que amam suas famílias e descobrem o mundo.

A literatura de matriz africana apresenta cosmologias e filosofias profundas, como a filosofia Ubuntu ("Eu sou porque nós somos"), que ensina o valor da coletividade, da solidariedade e da conexão com a natureza e com os ancestrais, valores contrários ao individualismo desmedido.

O brincar é a linguagem fundamental da criança. Assim, as africanidades devem ser vivenciadas pelo corpo, pelo ritmo, pela música e pelo jogo compartilhado.

A África é um continente vasto e plural, composto por dezenas de países e centenas de grupos étnicos com tradições lúdicas ricas. Incorporar brincadeiras tradicionais de países africanos no cotidiano da Educação Infantil amplia o repertório cultural das crianças e desconstrói a visão de uma África pobre e homogênea.

Alguns exemplos pedagógicos aplicáveis:

**Terra-Mar (Moçambique):** Uma linha é traçada no chão. De um lado é "Terra", do outro é "Mar". As crianças devem pular de um lado para o outro de acordo com o comando do educador, desenvolvendo a atenção, a agilidade e o esquema corporal.

**Mamba (África do Sul):** Brincadeira de picos/pega-pega em que as crianças vão se juntando em fileira ao pegador, formando a grande serpente (Mamba), estimulando a cooperação e o trabalho em equipe.

Labirinto (Gana): Jogo de raciocínio espacial e estratégico desenhado no chão.

Kudoda (Zimbábue): Jogo de agilidade e contagem com pedrinhas ou tampinhas.

A musicalidade afro-brasileira é de uma riqueza ímpar. A introdução de instrumentos de percussão — como o atabaque, o agogô, o xequerê e o berimbau — na sala de aula permite às crianças explorar timbres, ritmos e sonoridades.

A Capoeira, reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, une dança, luta, música e jogo. Vivenciar os movimentos básicos da capoeira (ginga, cocorinha) e cantar suas cantigas na Educação Infantil estimula o equilíbrio, a coordenação motora e o respeito aos mestres e às tradições ancestrais.

Nenhum projeto antirracista se concretiza sem o engajamento e a formação crítica dos educadores. A maioria dos professores em exercício nas escolas brasileiras passou por formações acadêmicas e vivências pessoais colonizadas, nas quais as africanidades foram silenciadas ou distorcidas.

A professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva adverte que educar para as relações étnico-raciais exige do docente um processo contínuo de autoanálise e desconstrução de preconceitos velados. O professor precisa vigiar suas próprias atitudes em sala de aula:

Ele dispensará o mesmo afeto e atenção a todas as crianças?

Como reage quando uma criança expressa recusa em dar as mãos a um colega negro?

Como intervém em conflitos motivados por ofensas raciais?

A postura correta do docente diante de um ato de discriminação racial entre crianças não é a do "deixa para lá" ou do mero castigo impensado, mas sim a da intervenção pedagógica imediata e reflexiva. O professor deve acolher a criança ofendida, resgatar sua dignidade, e conversar criticamente com a criança que ofendeu e com o grupo, demonstrando por que aquela conduta é inaceitável e ferina.

A formação continuada em relações étnico-raciais deve ser oferecida sistematicamente pelas redes de ensino e pelos momentos de planejamento e Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC). A escola deve ser um polo de estudos sobre história da África, racismo estrutural e estratégias de ensino antirracista.

Paralelamente, faz-se indispensável o diálogo pedagógico com as famílias. Muitas vezes, familiares de crianças brancas ou negras trazem dúvidas ou preconceitos internalizados sobre o trabalho com a cultura afro-brasileira, confundindo a abordagem cultural e histórica com doutrinação religiosa. O projeto político-pedagógico da escola deve dialogar com a comunidade, demonstrando que ensinar sobre as africanidades é cumprir a legislação pátria, promover a paz, a diversidade e o respeito universal aos Direitos Humanos

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação desenvolvida neste artigo demonstra de forma inequívoca que o estudo e a vivência das africanidades na Educação Infantil não são um apêndice opcional nem um tema restrito ao mês de novembro, mas sim a própria espinha dorsal de uma pedagogia humanizada, ética, democrática e antirracista.

A infância é o tempo da descoberta, do encantamento e da formação das estruturas emocionais e cognitivas que acompanharão o sujeito por toda a sua vida. Permitir que as crianças pequenas cresçam em um ambiente educacional que celebra a ancestralidade africana, que acolhe e valoriza a estética negra e que ensina a diversidade como uma riqueza e não como um defeito é o passo mais decisivo para rompermos o ciclo histórico do racismo estrutural no Brasil.

Fundamentar a prática pedagógica nos aportes legais da Lei nº 10.639/2003 e nas teorias de autoras como Nilma Lino Gomes, Eliane Cavalleiro e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva possibilita a construção de creches e pré-escolas onde a criança negra possa olhar-se no espelho e nos brinquedos com orgulho de sua cor, de seu cabelo e de seu povo, e onde a criança não negra possa aprender, desde o berçário, a respeitar, admirar e conviver com a alteridade de forma fraterna e igualitária.

Para que essa transformação se consolide plenamente em todas as redes de ensino, é urgente assegurar financiamento público, materiais didáticos diversificados, acervos literários afrocentrados e, acima de tudo, uma formação permanente de educadores comprometidos com a justiça social. Apenas assim a Educação Infantil cumprirá plenamente sua missão constitucional de garantir o desenvolvimento integral e a dignidade de todas as infâncias brasileiras.

## REFERÊNCIAS

BELÉM, Valéria. *O cabelo de Lelê*. Ilustrações de Adriana Mendonça. São Paulo: IBEP, 2007.

BRASIL. *Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. *Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC/SEB, 2018.

BRASIL. *Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio da escola: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações étnico-raciais no Brasil: uma apurada linguagem*. In: BRASIL. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD/MEC, 2006. p. 39-62.

HOOKS, Bell. *Meu crespo é de rainha*. Tradução de Nina Rizzi. São Paulo: Boitatá, 2018.

MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Aprender, ensinar e fazer história de africanos e seus descendentes no Brasil*. In: BARBOSA, Lucia Maria de Assunção (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 119-132.